



Texto para Discussão 020 | 2022

Discussion Paper 020 | 2022

**RESENHA: “UMA HISTÓRIA DE DESIGUALDADE: A
CONCENTRAÇÃO DE RENDA ENTRE OS RICOS NO BRASIL
1926-2013”, de P.H. Ferreira de Souza, Editora Hucitec,
2018**

Gustavo Daou Lucas

Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro

This paper can be downloaded without charge from

<https://www.ie.ufrj.br/publicacoes-j/textos-para-discussao.html>

**RESENHA: “UMA HISTÓRIA DE DESIGUALDADE: A
CONCENTRAÇÃO DE RENDA ENTRE OS RICOS NO BRASIL
1926-2013”, de P.H. Ferreira de Souza, Editora Hucitec,
2018**

Junho, 2022

Gustavo Daou Lucas

Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro,

Resenha

“UMA HISTÓRIA DE DESIGUALDADE: A CONCENTRAÇÃO DE RENDA ENTRE OS RICOS NO BRASIL 1926-2013”, de P.H. Ferreira de Souza, Editora Hucitec, 2018

Este livro é uma contribuição para um dos temas mais importantes da teoria econômica e das ciências sociais em geral: a distribuição pessoal de renda. No caso brasileiro, em especial, essa contribuição é fundamental, dada a historicamente elevadíssima (para padrões internacionais) desigualdade de renda no país. O autor usa as tabulações conhecidas como “Grandes Números do Imposto de Renda de Pessoa Física” (i.e., tabelas com as principais informações econômicas *agregadas* sobre os contribuintes) para estimar as séries de participação no que podemos chamar de renda monetária bruta (i.e., pré-impostos, e incluindo previdência pública e transferências sociais¹) dos 10%, 1% e 0.1% mais ricos. Até então, estudos que usavam os microdados do Censo ou Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e o índice de Gini, como medida de desigualdade, eram o mais comum no debate nacional. A grande vantagem dos dados tributários sobre as pesquisas domiciliares reside no fato que as últimas se baseiam em renda declarada em entrevista e com muita frequência as rendas mais altas são subdeclaradas, enquanto que nos dados tributários (sonegações à parte) isso não ocorre com a mesma escala.

Além disso, o autor também compara seus resultados com as estimativas de desigualdade usando PNAD e Censo. De forma surpreendente em comparação aos estudos anteriores baseados nessas fontes que usavam o Gini, o autor demonstra que a distribuição de renda recente (2000-2013) pouco mudou sob a perspectiva das parcelas da renda recebidas pelo último decil e centil. Mesmo a queda do Gini calculado pela PNAD – um resultado obtido por diversos pesquisadores - teria sido superestimada se corrigida pelos dados de IRPF, devido às tradicionais omissões das rendas mais altas em pesquisas domiciliares (p.250). Além dessas contribuições, é feita também uma longa resenha sobre os debates de distribuição de renda em diversas áreas de ciências sociais, oferecendo ao leitor

¹ No caso do trabalho, os dados incluem também heranças, meações e ganhos de capital – variáveis que normalmente não são incluídas na categoria ‘renda’ (heranças e meações) ou que são discriminadas quando incluídas (ganhos de capital)

interessado no tema uma vasta lista de referências bibliográficas, e uma narrativa histórica onde possíveis interpretações para os movimentos das séries são apresentadas.

O resultado central do trabalho em relação ao período recente (século XXI) é o seguinte: dado que o índice de Gini pondera igualmente todos os agentes econômicos (independentemente da renda), o aparente paradoxo que teria ocorrido no país recentemente - de queda da desigualdade medida pelo Gini coexistindo com estabilidade da desigualdade medida pelas parcelas dos mais ricos - refletiria, portanto, uma redistribuição basicamente dentro dos 90% mais pobres da economia. A parcela da renda dos 10% mais ricos teria oscilado em torno de 50%, sem tendência de queda, e a parcela dos 1% mais ricos teria oscilado entre 20% e 25%, com leve tendência de alta nos últimos anos da amostra. Essas conclusões, se aceitas, enfraquecem consideravelmente o otimismo das análises baseadas na PNAD/Censo, que encontravam queda contínua do Gini, ainda que não sejam contraditórias com esses estudos anteriores.

Em relação à sua narrativa histórica, o livro parece navegar em mares com muita neblina ao tentar identificar as forças por trás das mudanças da distribuição de renda no Brasil desde 1926. Considero que o mérito nessa parte é mais o de formular hipóteses sobre *possíveis* fatores causais do que oferecer uma explicação conclusiva de fato, dado que nenhuma inferência causal é feita. O período de maior concentração (segundo a parcela dos 1% mais ricos) teria sido durante o Estado Novo e na década de 1980. A queda da parcela deste centil nos anos Dutra e JK é um tanto quanto surpreendente à luz da historiografia tradicional. Até o momento, não podemos saber se é um problema dos dados (que não são homogêneos no tempo e têm qualidade pior quanto mais antigo é o período) ou um resultado relevante novo. Sobre o período recente, o autor parece considerar a desigualdade da renda do trabalho como responsável pela manutenção da alta concentração de renda (p. 350), vide a ênfase dada aos recebimentos sabidamente elevados (em comparação internacional) de algumas carreiras do Judiciário e Ministério Público. De maneira surpreendente em relação ao conhecido fato que o peso da renda provenientes de ativos é crescente (em relação aos rendimentos do trabalho) quanto mais alto é o extrato de renda (Piketty, 2014), nenhuma menção é feita às taxas de juros mais altas do mundo praticadas no Brasil entre meados dos anos 1990 até o fim do período de análise como importante vetor de concentração de renda.

É importante ter claro que as séries estimadas pelo autor não separam (por motivos de limitação dos dados originais) a renda do trabalho da renda proveniente do rendimento de ativos (imóveis, ações, títulos públicos etc.) - o que inclui aluguéis, juros, dividendos de ações e lucro distribuído para sócios e proprietários de empresas. Ademais, devido à forma como os dados são disponibilizados pela Receita Federal, a realização de ganhos de capital e o recebimento de heranças e meações são incluídas também nas séries de renda – ao contrário do que normalmente é feito em estudos de distribuição pessoal de renda. Essas propriedades não-desejadas dos dados geram as seguintes implicações para a análise: (i) *não é possível explicar (i.e., decompor) as causas dos movimentos (ou ausência de movimento) das parcelas dos 10% e 1% mais ricos como decorrentes da renda do trabalho ou da renda de ativos, (ii) existe incerteza sobre o nível e evolução das séries estimadas*

A presença de heranças e meações afeta o nível das séries históricas positivamente devido ao fato que quem herda ou recebe alguma riqueza e, em especial, os maiores valores do fluxo anual de transferências de ativos, são em geral pessoas que pertencem a esse grupo mais abastado que o estudo focaliza. O autor argumenta que as heranças são apenas 3% do valor total dos rendimentos anuais, mas é evidente que esse montante se destina majoritariamente ao topo da distribuição. Isso implica alguma cautela no uso desses dados em comparações internacionais (dado que os estudos internacionais não incluem herança), mas se houvesse apenas esse problema a análise da evolução no tempo das séries não seria muito afetada. Todavia, a presença de ganhos de capital afeta nível e evolução das séries de 10% e 1% mais ricos de uma forma mais complicada. Além de inflarem (i.e., gerarem viés positivo) as estimações, devido ao fato de que quem pode realizar mais ganhos de capital com ações e imóveis está normalmente no topo, os movimentos da série estimada podem ser o resultado da realização de ganhos de capital – i.e., a concentração de renda efetiva pode estar em queda ou estável, mas os ganhos de capital podem fazer as estimativas captarem estabilidade ou aumento na concentração. Ou seja, tanto nível quanto a evolução das séries tendem a ser afetados pela inclusão de ganho de capital.

Aceitando essas observações, a ênfase (implícita) na desigualdade salarial como principal causa da desigualdade total recente e a omissão dos rendimentos de ativos na narrativa

do autor não se sustentam. Além disso, convém observar que entre 2008 e 2013, o índice nacional de preços de imóveis residenciais FIPE teve um crescimento acumulado de 186%. Em relação aos ativos financeiros, entre outubro de 2008 (momento de mínima pós-crise) e outubro de 2010, o Ibovespa teve uma expansão de quase 100%. Nenhum desses dois fatores que permitiram a realização de suntuosos ganhos de capital por parte de detentores de imóveis e ações é mencionado pelo autor. Todavia, como explicado anteriormente, a possibilidade de que esses elementos, em alguns anos, *possam* ter contribuído de forma espúria para os movimentos das parcelas de renda estimadas não deveria ser descartada.

O livro possui alguns outros pontos criticáveis mas que poderiam ser facilmente evitados com ponderações sobre a validade geral dos resultados. É importante lembrar que o tema desigualdade de renda não se exaure em apenas uma definição de renda e dois indicadores, como faz o autor. A renda disponível (i.e., após impostos e incluindo transferências e pensões) é mais importante que a renda bruta para entendermos o consumo, padrão de vida da população e acumulação de riqueza. Há também o não menos importante conceito de ‘renda final’, que inclui o valor dos benefícios não-monetários (mas que representam custo para o estado) como serviços de saúde e educação gratuitos cujos custos são imputados como parte da renda final. Todas as três definições de renda, são importantes, revelam aspectos diferentes do mundo real e nenhuma é necessariamente superior à outra. Aceitando isso, a conclusão do autor de que no período recente não houve mudanças significativas na desigualdade de renda. em absoluto. é exagerada. O autor tira suas conclusões olhando apenas a desigualdade do que se aproxima problemáticamente da renda monetária pré-impostos (“renda inicial” como às vezes é chamada), mas alguma ponderação levando em conta estes outros aspectos da distribuição de renda teria sido bem-vinda. É sabido que investimentos em saúde e educação favoreceram os extratos sociais menos abastados e geraram redistribuição significativa através do conceito de ‘renda final’ e a renda disponível também apresentou queda na desigualdade [Gaiger et al., 2013]. Considero também problemático o foco total na desigualdade da renda pré-impostos, ignorando a distribuição da renda disponível, em especial em um país com tantas formas de elisão fiscal. Nesse caso, duas pessoas de mesma renda bruta podem ter rendas pós-impostos bastante diferentes e isso tem

implicações dinâmicas para acumulação de riqueza e, obviamente, para a distribuição de renda bruta (e disponível) nos períodos seguintes.

De resto, algumas omissões chamam atenção do leitor. Alguém vendo a capa do livro - uma pintura clássica do pintor J.B. Debret retratando um senhor de engenho carregado por seus escravos - poderia achar que o trabalho atribui ao problema racial ou à herança da escravidão as causas da desigualdade de renda no período que abrange o estudo - mas isso não é feito. Não que o autor fosse obrigado a discutir todas as inúmeras fontes existentes de desigualdade de renda no Brasil em um trabalho, mas em sua extensa resenha dos debates no Brasil, o autor poderia mencionar algum trabalho sobre desigualdade racial, tais como Theodoro (2008) e Cornwell et al. (2017), entre outros vários estudos sobre o tema. Além disso, o autor afirma que seus resultados “não refutam” a polêmica tese recente de alguns historiadores econômicos (como J. Williamson e outros) de que a alta desigualdade da América Latina (inclusive Brasil) seria um fenômeno “novo”, que surge no século XX, e não com origens mais antigas como passado colonial, estrutura fundiária e escravidão (p. 376). Essa duvidosa conclusão torna a capa do livro ainda mais descolada de seu conteúdo.

Em suma, este trabalho é uma contribuição importante para o debate sobre distribuição de renda no país. Em relação ao período mais recente, o estudo lança uma hipótese original e plausível, i.e., de que tenha ocorrido estabilidade ou aumento da concentração de renda no topo coexistindo com redistribuição apenas fora do topo, acrescentando uma nova perspectiva sobre o período. Todavia, é importante não perder de vista que as duas séries mais importantes estimadas pelo autor estão sujeitas a possibilidades de viés que afetam nível absoluto e evolução das mesmas, a narrativa histórica por trás dos determinantes da distribuição que ocupa boa parte do livro é questionável e muitas conclusões sobre o período recente mereciam maior ponderação, em especial devido ao foco muito específico em uma única definição de renda. Por último, vale observar que apesar do trabalho ter como um dos objetivos centrais abordar o tema “os ricos no Brasil” – como diz no título – o autor parece não incluir nesse grupo os grandes proprietários de terras, uma classe social historicamente relevante na economia e na política brasileira e que vem ganhando ainda mais importância novamente, muitas vezes operando atividades em áreas com direitos de propriedade questionáveis e cumprimento duvidoso de licenças

ambientais e direitos trabalhistas. Em um país marcado por uma altíssima e quase rígida concentração fundiária e baixíssimas alíquotas de herança para padrões internacionais, a sensação que fica para o leitor sobre essa ausência é de surpresa.

Referências

Cornwell, C., Rivera, J., & Schmutte, I. M. 2017. Wage discrimination when identity is subjective evidence from changes in employer-reported race. *Journal of Human Resources*, 52(3)

Gaiger Silveira F. 2012. Equidade fiscal: impactos distributivos da tributação e do gasto social. Brasília, DF: Brasil: ESAF-Tesouro Nacional

Theodoro, M. (org). 2008. As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. IPEA